

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 163.652 - DF (2019/0034509-3)

RELATORA : **MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI**
SUSCITANTE : FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS
NAO-PADRONIZADOS PEARL
ADVOGADOS : RICARDO FERREIRA DE MACEDO - SP164063
GABRIEL FELÍCIO GIACOMINI ROCCO E OUTRO(S) -
SP246281
NATÁLIA DINIZ DA SILVA - SP289565
SUSCITADO : JUÍZO FEDERAL DA 9ª VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO
DISTRITO FEDERAL
SUSCITADO : JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DE CORURIBE - AL
INTERES. : LAGINHA AGRO INDUSTRIAL S/A
ADVOGADOS : MARCUS VINICIUS FURTADO COÊLHO - DF018958
JANAÍNA LUSIER CAMELO DINIZ - DF049264
LUIZ FERNANDO VIEIRA MARTINS - DF056258

DECISÃO

Trata-se de conflito de competência suscitado por FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO PADRONIZADOS PEARL, em face do Juízo de Direito da 1ª Vara de Coruribe/AL e do Juízo Federal da 9ª Vara da Seção Judiciária do Distrito Federal.

Narra a suscitante que em 21.5.2008 a empresa LAGINHA AGRO INDUSTRIAL S/A cedeu ao Fundo a parte incontroversa dos créditos reconhecidos em ação indenizatória movida contra a UNIÃO FEDERAL, decorrentes de intervenção Estatal com a fixação dos preços de comercialização do açúcar e do álcool em desacordo com os parâmetros previstos na Lei n. 4.870/65, já à época em fase de execução. Referida transação envolveu cessão onerosa de R\$ 600.000.000,00 (seiscentos milhões de reais), pelo qual a cedente recebeu o montante de R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais), e cotas do próprio Fundo referentes ao restante do crédito, estimado em R\$ 741.414.344,69 (setecentos e quarenta e um milhões, quatrocentos e quatorze mil, trezentos e quarenta e quatro reais e sessenta e nove centavos).

Após alguns meses, em 25.11.2008, diante de grave crise financeira, a cedente efetuou pedido de recuperação judicial perante o Juízo de Direito da 1ª Vara de Coruribe/AL, sendo convolado em falência em 20.8.2013.

Em 22.8.2017, a administradora da massa falida apresentou petição nos autos da execução requerendo o caucionamento e o direito de preferência de suas cotas

na utilização dos valores para compensação tributária, tendo o TRF da 1ª Região, no julgamento de recurso de apelação interposto nos embargos à execução, decidido que compete "ao juízo da execução do precatório – em caso de sua efetiva expedição -, a análise, processamento, admissão e alocação dos pedidos ora formulados, bem assim, de outros que eventualmente manifestem interesse e legitimidade para habilitação no precatório" (fl. 9).

Aponta que, após o início da discussão travada nos autos da execução da ação indenizatória entre a suscitante e a Laginha sobre em nome de quem deveria ser expedido o precatório, o Juízo Falimentar proferiu decisão avocando a competência para decidir sobre a questão, nos seguintes termos (fl. 10):

Com efeito, este juízo entende ser o competente para dispor sobre questões que afetem o interesse da massa de credores, abarcando, destarte, a análise da titularidade dos precatórios em liça, em especial por envolver operações firmadas pela massa falida às vésperas do seu pedido de recuperação judicial, afastando, por derradeiro, decisões em sentido contrário proferidas por juízos distinto que não o universal.

Defende, assim, a configuração do conflito positivo de competência entre os Juízos e que esta deve ser atribuída ao Juízo Federal, único competente para promover o cumprimento da sentença proferida contra a União e a expedição e a titularidade do respectivo precatório, nos termos dos artigos 516, II, do Código de Processo Civil e 100, § 6º, e 109, I, da Constituição Federal.

Aduz que, em que pese a competência do Juízo Falimentar para decidir questões de interesse da massa falida, "a análise para definição da titularidade do precatório deve ser estritamente documental" (fl. 14). Argumenta, para tanto, que eventual nulidade do contrato de cessão celebrado entre as partes há mais de dez anos deve ser efetuado em ação própria, mormente em razão de a celebração ter ocorrido antes do período suspeito delimitado na sentença de quebra.

Requer o sobrestamento liminar dos efeitos da decisão proferida pelo Juízo Falimentar, a fim de evitar maiores prejuízos aos credores, inclusive da massa falida, com o retardamento da expedição do precatório e, ao final, a declaração da competência do Juízo Federal para decidir sobre sua titularidade.

A suscitante, na petição de fls. 494/497, realça a urgência do pedido liminar com a informação de que o Juízo Falimentar "expediu e enviou ofícios à 6ª Turma do TRF1 e à 9ª Vara Federal do Distrito Federal para comunicar a teratológica decisão de fls. 83.478 que dá azo ao presente feito" (fl. 496).

A massa falida de LAGINHA AGRO INDUSTRIAL S/A comparece espontaneamente nos autos, pugnando pelo reconhecimento de inexistência de conflito de competência, às fls. 503/513.

Assim postos os fatos, verifico que não há conflito de competência entre os Juízos suscitados.

Primeiramente, observo que o Tribunal Regional Federal da 1ª Região, no julgamento do recurso de apelação interposto nos embargos à execução, se manifestou a respeito da competência do Juízo Federal para decidir sobre a destinação dos créditos incontroversos na expedição do precatório em razão de requerimentos efetuados pelos credores interessados, mas que não foram conhecidos. Leia-se (fls. 94/105):

Às fls. 870/885 (apresentando os documentos de fls. 887/1.317) João José Pereira de Lyra, na condição de acionista majoritário da sociedade Lágina Agro Industrial S/A, cuja falência fora informada nos autos, com suposto amparo no art. 103, parágrafo único, da Lei 11.101/2005¹, com a intenção de utilizar os créditos de precatório que venha a ser emitido em compensação de seus débitos tributários, requer que seja vedado o acesso dos fundos creditórios PCG - Brasil Multicarteira ou FIDC - Pearl aos valores eventualmente disponibilizados a esse título. Confira-se os termos de seu requerimento (fl. 885):

"c) a indisponibilidade de todo e qualquer recurso oriundo de precatórios emitidos para pagamento dos créditos incontroversos decorrentes dos direitos creditórios objeto da presente ação que tenha por beneficiário o Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios (FIDC) Não Padronizados PCG - Brasil Multicarteira ou FIDC - Pearl, ou qualquer outro que os substitua, até que sejam dirimidas as dúvidas existentes sobre a utilização desses créditos e seus respectivos titulares, bem como pela necessária manifestação da Administração Judicial da Massa Falida de Lágina Agro Industrial /A e defesa dos interesses de milhares de credores

de Láginha Agro Industrial S/A;"

Dias de Souza Advogados Associados S/CI e Advocacia Dias de Souza, em petição e documentos de fls. 1.318/1.327, requer que sejam destacados do valor indenizatório a importância de seus honorários advocatícios, conforme contrato ajustado com as exequentes (Láginha Agroindustrial S/A e o Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios (FIDC) Não Padronizados PCG - Brasil Multicarteira).

Por sua vez, às fls. 1.329/1.337, o Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios (FIDC) Não Padronizados PCG - Brasil Multicarteira, impugna a pretensão apresentada por João José Pereira de Lyra - indisponibilidade dos valores que venham a ser objeto de precatório emitido pelo valor incontroverso -, aduzindo a sua ilegitimidade para manifestar-se nos autos e, também, a incompetência da justiça federal para examinar a validade dos contratos de cessão de crédito ajustados entre a exequente e os fundos cessionários que estão presentes nos autos.

Em segunda petição (fls. 1.339/1.341 e documentos defls. 1.342/1.353), João José Pereira de Lyra pede a intimação da Massa Falida de Láginha Agroindustrial e da Fazenda Nacional, para que se manifestem sobre a destinação dos créditos objeto da ação inserta nos autos.

Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S/A (financeira autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM para exercer a administração de carteira de valores mobiliários, segundo informa), na condição de administrador do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados Pearl, às fls. 1.370/1.378, e apresentando a documentação de fls. 1.379/1.432, opõe-se a intenção manifesta pelo Sr. João José Pereira de Lyra, aduzindo(1) a ilegitimidade do Sr. João José para litigar em juízo em nome de Láginha Agro Industrial, uma vez que a representação processual da massa falida dever ser exercida pelo administrador judicial nomeado; (2) o fato de a autora Láginha Agro Industrial, ao pactuar os contratos de cessão de direito de crédito, ter recebido cerca de R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais), havendo, assim, cedido a totalidade dos créditos objeto da ação em curso nos autos; (3) a incompetência da Justiça Federal para examinar a legalidade e os efeitos do contrato de cessão de crédito ajustados pela autora Láginha Agro Industrial S/A com o Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados Pearl, cujo foro legal é a

Justiça Comum do Estado de São Paulo; (4) não se opõe que os créditos destinados aos cotistas Subordinados do Fundo sejam, eventualmente, destinados à compensação ou pagamento de débitos tributários do cedente (Laginha), desde que sejam preservados os créditos destinados aos cotistas Seniores; (5) que sejam desentranhadas as petições apresentados pelo Sr. João José Pereira de Lyra.

A Massa Falida de Laginha Agro Industrial, às fls. 1.434/1.439 (e documentos de fls. 1.440/1.537; 1.539/1.540; 1.556/1.581 - regularização da representação processual, em 27/11/2017), por meio do advogado representante de seu Administrador Judicial, Lindoso e Araújo Consultoria Empresarial Ltda., requer que seja determinada a indisponibilidade de eventual precatório, pelo valor incontroverso, ao Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não- Padronizados Pearl, ou a qualquer outro fundo creditório, reconhecendo-se o direito de preferência da Massa Falida sobre esses créditos, para a compensação/caucionamento de tributos em favor da Fazenda Nacional. Pede a manifestação do Procurador-Geral da Fazenda.

(...)

5 - Expedição de Precatório sobre o valor incontroverso registrado nos autos - possibilidade e destinação dos valores.

Nesse contexto, evidenciado que a própria União juntou aos autos trabalho técnico indicando o valor que seria devido em caso de procedência do pedido dos autores, e considerando que, de fato, a ação indenizatória foi julgada procedente e que, em duas oportunidades, ocorreu o trânsito em julgado dos acórdãos - incidental à ação de conhecimento e, posteriormente, a partir do acórdão de mérito (com trânsito em julgado, respectivamente, em 14/02/2000 e 16/12/2011) - que examinaram a existência do direito indenizatório e a aplicação do critério de cálculo dos valores exequendos, identifico que estão configurados os pressupostos de fato e de direito que legitimam a expedição de precatório pelo valor incontroverso inserto nos autos.

Constato, no que se refere a essa questão, que na instrução processual João José Pereira de Lyra, na condição de acionista majoritário da sociedade Laginha Agro industriai S/A, Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S/A, na condição de administrado do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados Pearl, e a Massa Falida de Laginha Agro Industrial, por meio do advogado representante de seu Administrador Judicial, Lindoso e Araújo Consultoria Empresarial Ltda.,

apresentam pedidos antagônicos no sentido da indisponibilidade e direcionamento dos créditos objeto de precatório que venha a ser emitido, para ser aplicado majoritariamente em compensação/pagamento de dívida tributária da pessoa jurídica Laginha Agro Industrial S/A, ou, de modo diverso, ser direcionado aos fundos creditórios cessionários de Laginha Agro Industrial, que teriam adquirido a totalidade dos seus créditos indenizatórios. Há, ainda, pedido de destacamento de honorários formulado por Dias de Souza Advogados Associados S/Cl e Advocacia Dias de Souza, em petição e documentos de fls. 1.318/1.327.

Todavia, o pedido apresentado por João José Pereira Lyra, mediante três petições trazidas aos autos, não é passível de conhecimento, ante a sua ilegitimidade para litigar em nome da pessoa jurídica, essa, realmente, objeto da disciplina inscrita no art. 103, parágrafo único, da Lei 11.101/2005.

Não conheço, também, dos pedidos de indisponibilidade e destacamento de valores apresentados por Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S/A, Massa Falida de Laginha Agro Industrial e Dias de Souza Advogados Associados S/Cl e Advocacia Dias de Souza, uma vez que competirá ao juízo da execução do precatório - em caso de sua efetiva expedição -, a análise, processamento, admissão e alocação dos pedidos ora formulados, bem assim, de outros que eventualmente manifestem interesse e legitimidade para habilitação no precatório.

Ressalto que a relação contratual ajustada entre as partes que se manifestaram nos autos na condição de credoras, no que se refere ao recebimento dos valores do Precatório, deverá ser analisada pelo juízo da execução.

Em relação à hipótese desses credores, inclusive os fundos creditórios, participarem de concurso de credores instalado no âmbito da massa falida, caberá ao juízo falimentar, da justiça comum estadual, a ordenação da ordem de preferência de créditos, e a resolução dos eventuais conflitos que daí resultaram. Os demais pedidos de habilitações, destaques e os que por ventura advierem do juízo falimentar deverão ser dirigidos ao juízo da execução.

Observo, ainda, que a destinação dos créditos que virão a ser objeto, se for o caso, do precatório em referência, deve observar a ordem constitucional e legal de preferência de credores, com estrita observância, na fixação desse critério, dos créditos privilegiados, especialmente na hipótese de habilitação de penhora no rosto dos autos do precatório.

6 - Dispositivo

Ante o exposto, nego provimento ao pedido manifesto pela União em seu recurso de apelação, e, em decorrência, confirmando a sentença, determino a expedição de Precatório sobre o valor incontroverso indicado nos autos, na importância de R\$ 752.346.749,27 (setecentos e cinquenta e dois milhões, trezentos e quarenta e seis mil, setecentos e quarenta e nove reais e vinte e sete centavos), na forma constante nos títulos executivos exequendos, produzidos no processo de conhecimento e no próprio processo de execução, chancelados pelo trânsito em julgado da causa, conforme documentação constante dos autos, com a aplicação do estrito cumprimento da ordem de preferência legal observada, na forma da lei, na hipótese de concurso de credores, a esse critério devendo submeter-se, também, os créditos eventualmente requeridos por fundos creditórios.

Como se vê, o TRF da 1ª Região não conheceu dos pedidos de utilização e indisponibilidade de créditos efetuados, remetendo sua análise ao juízo da execução, na forma da legislação processual civil.

De outro lado, informado pelo administrador judicial sobre a controvérsia surgida, o Juízo Falimentar avocou a competência para avaliar a cessão de direitos creditórios e eventual burla ao concurso de credores, mormente por ter sido celebrado às vésperas do pedido de recuperação judicial da cedente, nos seguintes termos (fls. 82/86):

Compulsando os autos, diante das informações prestadas pelo Administrador Judicial, dos documentos acostados pelos interessados, e, sobretudo, a fim de evitar a proliferação de decisões em sentidos diversos, exaradas por juízos distintos, convém asseverar, com base na sedimentada jurisprudência não apenas deste egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas, como também no âmbito do Superior Tribunal de Justiça, que o único juízo competente para dispor sobre questões que versem sobre interesses que afetem a universalidade de credores é o juízo universal da falência, in casu, esta 1ª Vara Cível de Coruripe/AL.

Nesse sentido, caso juízo que não o universal passe a se imiscuir nessas questões, poderá haver decisões conflitantes, muito embora seja entendimento pacificado, no âmbito do STJ, de que cumpre ao juízo falimentar dispor sobre os assuntos que reflitam interesses dos credores da falida.

Observe-se, contudo, que não se trata de mera construção

jurisprudencial. A matéria encontra-se expressamente regulada na Lei nº 11.101/2005, mais precisamente em seu art. 76 I, que consagra a chamada “universalidade do juízo falimentar”, em decorrência da qual o juiz que preside a falência é competente, em princípio, para todas as ações sobre as quais haja interesse da massa, disposição esta que repete em parte o que dizia o art. 7.º do diploma legislativo pretérito.

A mens desse dispositivo revela claramente a intenção do legislador que, ao regulamentar a matéria, optou por conferir competência ao juízo falimentar, porquanto este possui maior contato com a situação fática e de direito sob a qual se sujeita a empresa devedora, beneficiando, sobremaneira, os credores da massa. Assim, o legislador entende que a medida judicial proferida pelo juízo, data venia, incompetente, poderá conflitar com o interesse da universalidade de credores.

Face ao esposado nas linhas anteriores, a despeito da competência do juízo federal para processar a execução (art. 76 da LRF), e não obstante a competência da Justiça Federal para processar e julgar a referida ação, já em fase de execução, resta clarividente que esta questão deve se submeter ao crivo deste juízo cível, sob pena de usurpação de competência.

Explica-se. Sendo o precatório expedido em nome de pessoa diversa da Lágina Agro Industrial S.A., o crédito que é de titularidade originária da massa falida será destinado ao Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados Pearl (Fundo Pearl) e nele, preferencialmente, de acordo com as previsões normativas deste Fundo, aos quotistas seniores.

Em outras palavras, com o fito de avaliar toda a relação contratual entre a falida e os Fundos de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados PCG- Brasil Multicarteira (FIDIC) e Pearl, bem como no intuito de evitar eventual burla ao concurso de credores, como a celeuma envolve (i) crédito de titularidade originária da Lágina Agro Industrial S.A, em especial por envolver operações firmadas pela massa falida às vésperas do seu pedido de recuperação judicial; e (ii) possível prejuízo para a universalidade de credores, resta evidente a comprovação fática e legal da competência desta 1ª Vara Cível da Comarca de Coruripe/AL sobre o tema.

(...)

Com efeito, este juízo entende ser o competente para dispor sobre questões que afetem o interesse da massa de credores, abarcando, destarte, a análise da titularidade dos precatórios em liça, em

especial por envolver operações firmadas pela massa falida às vésperas do seu pedido de recuperação judicial, afastando, por derradeiro, decisões em sentido contrário proferidas por juízos distinto que não o universal.

É certo que a jurisprudência da Segunda Seção desta Corte consolidou-se no sentido de que o juízo universal é o competente para julgar as causas em que estejam envolvidos interesses e bens da empresa recuperanda.

Desse modo, conforme defendido pela própria suscitante nos autos da execução da ação indenizatória, o Juízo Federal não é competente para examinar a validade dos contratos de cessão de crédito ajustados entre a exequente e os fundos cessionários. A competência do Juízo Federal da execução é a expedição do precatório com base nos elementos dos autos para designação do titular do crédito.

No caso em exame, logicamente, eventual declaração de ineficácia do contrato de cessão de crédito celebrado entre as partes, por decisão do Juízo Falimentar, certamente influenciará a decisão do Juízo da execução na designação da titularidade do precatório.

Não diviso configurada, portanto, a um primeiro exame, a existência de conflito de competência entre os Juízos suscitados, motivo pelo qual indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações aos Juízos suscitados.

Após, ao Ministério Público Federal.

Intimem-se.

Brasília/DF, 13 de fevereiro de 2019.

Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, Relatora